

Líderes fazem a autocrítica do Governo Sarney

Haroldo Holanda

Na noite de anteontem, em Brasília, o deputado Pimenta da Veiga reuniu em torno de um coquetel, realizado em sua casa, um grupo de eminentes personalidades políticas do atual Governo, como os ministros Afonso Camargo Neto e Almir Pazzianotto, os senadores Fernando Henrique e Severo Gomes, e o deputado Euclides Scalco, secretário do Governo do Paraná, de passagem por Brasília. A ocasião serviu para uma troca de impressões entre todos sobre a presente conjuntura e as vicissitudes políticas pelas quais começa a passar o Governo, pressionado em grau excessivamente alto por uma massa indisciplinada e faminta de parlamentares que só se preocupa e pensa em nomear, como se esta fosse a função primordial de um partido ou de um sistema de forças que chega ao poder.

A conclusão a que todos ou a grande maioria dos presentes chegou é a de que o presidente José Sarney precisa terminar de uma vez por todas com esse problema das nomeações, indicando a quem deve indicar, e dando o assunto por encerrado. Pois a persistir a presente situação, o Presidente acabará envolvido por questões menores, que ameaçam descaracterizar e enfraquecer o seu Governo, tirando-lhe a missão de que se reveste nesta excepcional fase de reconstrução democrática. Por outro lado, os que pedem em demasia se sentirão sempre insatisfeitos, gerando uma cadeia, nessa linha de interesses, que não terá fim, pois será sempre crescente. Os próprios líderes do Governo começam a se sentir impotentes diante das pressões avassaladoras que os cercam. Não por falta de capacidade ou competência, mas porque não há como atender a todos.

O presidente José Sarney, segundo reconhecimento dominante, precisa canalizar o interesse político do País para as grandes questões nacionais, sensibilizando a Nação através de medidas de grande força de impacto. Há a constatação, por exemplo, de que o Governo demora demasiado na elaboração da nova Lei de Greve, assunto que devia ser tratado em regime de urgência e com prioridade total.

Outro ponto levantado por um dos presentes referiu-se ao plano de emergência, que dormita em alguma gaveta das assessorias governamentais, sem que haja uma decisão mais rápida. Esse plano de emergência, como todos sabem, tem como finalidade prestar assistência às populações mais pobres do País, no campo da alimentação, saúde e educação.

Lamentou-se que o presidente José Sarney não tenha até agora avocado ao âmbito direto da sua autoridade o tratamento a ser dispensado à dívida externa brasileira. Segundo esse raciocínio, diante dos olhos da opinião pública nacional, a dívida externa assume o caráter de uma questão eminentemente política, que o presidente Sarney não pode

nem deve ignorar. Entenderam diversas vozes, entre os presentes ao encontro, que o presidente Sarney, se quiser ter respaldo popular para seu Governo, tem que endurecer o jogo com os banqueiros internacionais, nos entendimentos em torno da dívida externa.

Conclusão quase geral, a ser levada a Sarney: se o Governo sair do varejo em que se encontra e passar a cuidar das grandes questões nacionais, a consequência imediata será o fortalecimento político e popular do Presidente, com repercussões favoráveis imediatas no próprio Congresso. Em decorrência desse novo estado de espírito, o Presidente ficaria em condições de impor à maioria parlamentar que obedece a sua liderança as diretrizes do interesse da coletividade nacional, não tendo que se dobrar diante de injunções de caráter pessoal, na sua maioria revestidas de fundo fisiológico. Um dos presentes à reunião de anteontem recordava como exemplo expressivo a respeito e a ser seguido a conduta do sr. Jânio Quadros, no Governo de São Paulo. Embora fosse um governo político e democrático, Jânio tratava os seus secretários de Estado com rédea curta e os políticos integrados ao esquema governamental curvavam-se às suas decisões. Isso sucedia assim simplesmente porque o então governador, ao tomar as decisões, identificava-se com os superiores interesses e aspirações da maioria da população de S. Paulo. Os políticos, a ele fiéis, eram obrigados a obedecer a sua orientação, porque se rompessem com ele estavam condenados a desaparecer do mapa político.

Queixas de Arinos

Outro dia o professor Afonso Arinos telefonou ao governador Hélio Garcia para fazer queixas amargas a respeito do procedimento do ministro Fernando Lyra, da Justiça, na condução dos problemas relacionados com a preparação da Constituinte. Desabafo final de Arinos: «Também pudera, o Fernando Lyra talvez não conheça nem o preâmbulo da Constituição...»